



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

CONT. GLOBAL Nº. 136/2016

CONTRATO POR VALOR GLOBAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO, E A IRMANDADE DA SANTA CASA DE CARIDADE DE ALEGRETE (10 CRS), PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS CONFORME PROCESSO Nº. 76760-2000/09-8.

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº. 87.958.625/0001-49, com sede na Av. Borges de Medeiros, nº. 1.501, sexto andar, Porto Alegre/RS, neste ato representada pelo seu Titular, Sr. JOÃO GABBARDO DOS REIS, portador da Carteira de Identidade nº. 1003763172 - SSP/RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 223.127.490-68, doravante denominada simplesmente SECRETARIA, e a IRMANDADE DA SANTA CASA DE CARIDADE DE ALEGRETE, inscrita no CNPJ sob o nº. 87.200.929/0001-42, CNES sob o nº. 2248328, sito na Rua General Sampaio, nº. 88, Vila Nova - ALEGRETE/RS, CEP.: 97541-260, fone: (55) 3422-2888, neste ato representada por seu Presidente da Diretoria Provedora, Sr. Antonio JORGE LIMA BARCELLOS DE SOUZA, portador da Carteira de Identidade nº. 4021080744, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 072.461.290-49, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõem as Portarias GM/MS nº. 3.410/2013 e 3.390/2013, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, conjugados com os artigos 24, 25 e 26 da Lei Federal nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente tem por objeto a prestação de serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, visando à garantia da atenção integral à saúde, a serem prestados aos usuários que deles necessitem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pelo HOSPITAL na Rua General Sampaio, nº. 88, Vila Nova - ALEGRETE/RS, CEP.: 97541-260, fone: (55) 3422-2888, com o Alvará de Licença expedido pela Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde, sob o nº. 480848/45, sob a responsabilidade técnica do Sr. Décio Passos Sampaio Peres, registrado no Conselho Regional de Medicina sob o nº. 10675.

§1º A eventual mudança de endereço do HOSPITAL será imediatamente comunicada ao CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo, ainda, rever as condições do Contrato e, até mesmo, rescindi-lo, se entender conveniente.

§2º A mudança de Diretor Clínico (ou Técnico) também será comunicada à CONTRATANTE, bem como do responsável pelos serviços auxiliares de diagnóstico e terapia.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Os serviços ora contratados serão executados diretamente por profissionais do(s) estabelecimento(s) da CONTRATADA, e por profissionais devidamente autorizados por esta.

PARÁGRAFO ÚNICO: na execução do presente Contrato, as partes contratantes deverão observar as seguintes condições gerais:

I - o acesso ao SUS se faz preferencialmente pelas unidades básicas de saúde, ressalvadas as situações de urgência e emergência;

II - encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência e emergência;

III - gratuidade das ações e dos serviços de saúde ao usuário, executados no âmbito deste Contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

- IV - a prescrição de medicamentos deve observar a Política Nacional de Medicamentos;
- V - observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;
- VI - estabelecimento de metas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde decorrentes desse Contrato;
- VII - A CONTRATADA colocará à disposição do SUS a sua capacidade instalada necessária para o atendimento do volume assistencial definido no Documento Descritivo;
- VIII - Quando a produção for superior à estipulada no contrato, esta servirá de parâmetro para o cálculo dos incentivos e da série histórica, visando o realinhamento futuro do contrato.

§ 1º Os serviços contratados encontram-se discriminados no Documento Descritivo previamente definido entre as partes (Anexo I), na Ficha de Programação Orçamentária e na Ficha de Cadastro de Estabelecimento de Saúde, que integram este instrumento, para todos os efeitos legais, devendo estar à disposição do Complexo Regulador local.

§ 2º Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano de Regionalização da Secretaria Estadual da Saúde, PDR, e serão ofertados conforme indicações técnicas de planejamento da saúde, compatibilizando-se demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

§ 3º Os serviços contratados compreendem a utilização, pelos usuários do SUS, da capacidade instalada dos estabelecimentos administrados pela CONTRATADA, incluídos os serviços médicos-hospitalares, os quais poderão ser empregados para atender clientela particular, inclusive a proveniente de entidades privadas, desde que ofertados, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da disponibilidade de leitos e serviços em favor da clientela universalizada.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS COMUNS

São encargos comuns das partes signatárias deste instrumento:

- I - Criar mecanismos que assegurem a transferência gradativa das atividades de atenção básica prestadas pelas unidades da CONTRATADA, para a rede assistencial do gestor local, considerando a pactuação entre os integrantes deste instrumento;
- II - Contribuir para a elaboração e implementação de protocolos técnicos de atendimento e de encaminhamento para as ações de saúde;
- III - Aprovar o Documento Descritivo e contribuir para o cumprimento das metas qualitativas e quantitativas;
- IV - Zelar pelo adequado funcionamento da Comissão de Acompanhamento do Contrato, através da indicação de seus representantes e do fornecimento de informações requisitadas nos prazos estabelecidos;
- V - Manter a educação permanente de recursos humanos, com auxílio à qualificação de profissionais da rede de atenção;
- VI - Aprimorar a atenção à saúde;
- VII - Alimentar os sistemas de informação de saúde, disponibilizados pelas diferentes esferas de gestão do SUS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

Constituem-se obrigações das partes deste contrato:

5.1 - São OBRIGAÇÕES do Contratado:

5.1.1 Cumprir os compromissos contratualizados, zelando pela qualidade e resolutividade da assistência;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

- 5.1.2 Cumprir os requisitos assistenciais, em caso de ações e serviços de saúde de alta complexidade e determinações de demais atos normativos;
- 5.1.3 Utilizar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos validados pelos gestores;
- 5.1.4 Manter o serviço de urgência e emergência geral ou especializado, quando existente, em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana, e implantar acolhimento com protocolo de classificação de risco;
- 5.1.5 Realizar a gestão de leitos hospitalares com vistas à otimização da utilização;
- 5.1.6 Assegurar a alta hospitalar responsável, conforme estabelecido na PNHOSP;
- 5.1.7 Implantar e/ou implementar as ações previstas na Portaria nº 529/GM/MS, de 1º de abril de 2013, que estabelece o Programa Nacional de Segurança do Paciente, contemplando, principalmente, as seguintes ações:
- a) Implantação dos Núcleos de Segurança do Paciente;
 - b) Elaboração de planos para Segurança do Paciente; e
 - c) Implantação dos Protocolos de Segurança do Paciente;
- 5.1.8 Implantar o Atendimento Humanizado, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);
- 5.1.9 Garantir assistência igualitária sem discriminação de qualquer natureza;
- 5.1.10 Garantir a igualdade de acesso e qualidade do atendimento aos usuários nas ações e serviços contratualizados em caso de oferta simultânea com financiamento privado;
- 5.1.11 Garantir que todo o corpo clínico realize a prestação de ações e serviços para o SUS nas respectivas especialidades;
- 5.1.12 Promover a visita ampliada para os usuários internados;
- 5.1.13 Garantir a presença de acompanhante para crianças, adolescentes, gestantes, idosos e indígenas, de acordo com as legislações específicas;
- 5.1.14 Prestar atendimento ao indígena, respeitando os direitos previstos na legislação e as especificidades socioculturais, de acordo com o pactuado no âmbito do subsistema de saúde indígena;
- 5.1.15 Disponibilizar informações sobre as intervenções, solicitando ao usuário consentimento livre e esclarecido para a realização procedimentos terapêuticos e diagnósticos, de acordo com legislações específicas;
- 5.1.16 Notificar suspeitas de violência e negligência, de acordo com a legislação específica; e
- 5.1.17 Disponibilizar o acesso dos prontuários à autoridade sanitária, bem como aos usuários e pais ou responsáveis de menores, de acordo com o Código de Ética Médica.
- 5.1.18 Prestar as ações e serviços de saúde, de ensino e pesquisa pactuados e estabelecidos no instrumento formal de contratualização, colocando à disposição do gestor público de saúde a totalidade da capacidade instalada contratualizada;
- 5.1.19 Informar aos trabalhadores os compromissos e metas da contratualização, implementando dispositivos para o seu fiel cumprimento;
- 5.1.20 Garantir o cumprimento das metas e compromissos contratualizados frente ao corpo clínico;
- 5.1.21 Disponibilizar a totalidade das ações e serviços de saúde contratualizados para a regulação do gestor;
- 5.1.22 Dispor de recursos humanos adequados e suficientes para a execução dos serviços contratualizados, de acordo com o estabelecido no instrumento formal de contratualização e nos parâmetros estabelecidos na legislação específica;
- 5.1.23 Dispor de parque tecnológico e de estrutura física adequados ao perfil assistencial, com ambiência humanizada e segura para os usuários, acompanhantes e trabalhadores, de acordo com instrumento formal de contratualização, respeitada a legislação específica;
- 5.1.24 Garantir a gratuidade das ações e serviços de saúde contratualizados aos usuários do SUS;
- 5.1.25 Disponibilizar brinquedoteca quando oferecer serviço de Pediatria, assim como oferecer a infraestrutura necessária para a criança ou adolescente internado estudar, observada a legislação e articulação local;
- 5.1.26 Dispor de ouvidoria e/ou serviço de atendimento ao usuário;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

- 5.1.27 Garantir, em permanente funcionamento e de forma integrada, as Comissões Assessoras Técnicas, conforme a legislação vigente;
- 5.1.28 Divulgar a composição das equipes assistenciais e equipe dirigente do hospital aos usuários em local visível e de fácil acesso;
- 5.1.29 Assegurar o desenvolvimento de educação permanente para seus trabalhadores;
- 5.1.30 Dispor de Conselho de Saúde do Hospital, quando previsto em norma;
- 5.1.31 Alimentar os sistemas de notificações compulsórias conforme legislação vigente, incluindo a notificação de eventos adversos relacionados à assistência em saúde;
- 5.1.32 Registrar e apresentar de forma regular e sistemática a produção das ações e serviços de saúde contratualizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo gestor;
- 5.1.33 Disponibilizar aos gestores públicos de saúde dos respectivos entes federativos contratantes os dados necessários para a alimentação dos sistemas de que trata o inciso XII do art. 5º; da Portaria nº 3.410/2013;
- 5.1.34 Participar da Comissão de Acompanhamento da Contratualização para monitorar a execução das ações e serviços de saúde pactuados, indicando, no mínimo, 1 representante da CONTRATADA;
- 5.1.35 Disponibilizar ensino integrado à assistência;
- 5.1.36 Oferecer formação e qualificação aos profissionais de acordo com as necessidades de saúde e as políticas prioritárias do SUS, visando o trabalho multiprofissional;
- 5.1.37 Garantir práticas de ensino baseadas no cuidado integral e resolutivo ao usuário;
- 5.1.38 Ser campo de educação permanente para profissionais da RAS, conforme pactuado com o gestor público de saúde local;
- 5.1.39 Desenvolver atividades de Pesquisa e de Gestão de Tecnologias em Saúde, priorizadas as necessidades regionais e a política de saúde instituída, conforme pactuado com o gestor público de saúde; e
- 5.1.40 Cumprir os requisitos estabelecidos em atos normativos específicos, caso o estabelecimento seja certificado como Hospital de Ensino (HE).
- 5.1.41 Acompanhar os resultados internos, visando à segurança, efetividade e eficiência na qualidade dos serviços;
- 5.1.42 Avaliar o cumprimento das metas e a resolutividade das ações e serviços por meio de indicadores quali-quantitativos estabelecidas no instrumento formal de contratualização;
- 5.1.43 Avaliar a satisfação dos usuários e dos acompanhantes;
- 5.1.44 Participar dos processos de avaliação estabelecidos pelos gestores do SUS;
- 5.1.45 Realizar auditoria clínica para monitoramento da qualidade da assistência e do controle de riscos;
- 5.1.46 Monitorar a execução orçamentária e zelar pela adequada utilização dos recursos financeiros previstos no instrumento formal de contratualização;
- 5.1.47 Apresentar à Comissão de Acompanhamento do Contrato trimestralmente, ou sempre que solicitado, relatório contendo informações que possibilitem avaliar o atendimento das metas qualitativas, bem como dados referentes às metas quantitativas, de acordo com o Documento Descritivo;
- 5.1.48 Responsabilizar-se pelos serviços do pessoal de apoio, tais como enfermagem, administração, limpeza, etc., necessários à execução do objeto do presente Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Estado ou para a União;
- 5.1.49 Os serviços ora contratados deverão ser prestados por profissionais de saúde, que tenham vínculo de emprego com a CONTRATADA, integrantes de pessoas jurídicas que mantenham Contrato de prestação de serviços, profissionais autônomos que, eventualmente ou permanentemente, utilizem as dependências das unidades da CONTRATADA, equiparando-se a eles as empresas, grupos, sociedades ou conglomerados de profissionais que exerçam a atividade da área da saúde;
- 5.1.50 Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e o Sistema de Informações Hospitalares (SIH), e outros sistemas de informações que venham a ser implementados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

5.1.51 Obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto;

5.1.52 Deverá disponibilizar, em tempo real e através do sistema informatizado adotado pelos CONTRATANTES informações sobre a ocupação de todos os leitos destinados aos pacientes do SUS disponíveis nas unidades da CONTRATADA, com informações sobre os pacientes para o acompanhamento da disponibilidade dos leitos em geral e dos leitos de UTI em particular, sendo que estes últimos deverão ter, para seu uso, prioridade absoluta para pacientes do SUS dentro do percentual mínimo previsto na Lei nº 12.101/2009, segundo o cronograma estabelecido pelo contratante;

5.1.53 Aplicar os recursos oriundos dos incentivos financeiros de que trata a cláusula sétima deste instrumento para compensar o déficit operacional da CONTRATADA, ou seja, para custeio de suas unidades, compreendendo as despesas com pessoal, insumos, bem como para aquisição de materiais não contemplados na Tabela SUS, como fraldas, cateteres, sondas, seringas, dentre outros, a fim de fornecer todos os insumos necessários para a garantia do cuidado integral dos usuários, conforme preceitua a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite/RS nº 652 de 19 de novembro de 2012;

5.1.54 Os insumos e procedimentos, que não estejam previstos no contrato, incluindo serviços profissionais, em caráter excepcional, que sejam fundamentais para garantia da integralidade do tratamento, mediante autorização da Regulação, poderão utilizar incentivos financeiros de que trata a cláusula sétima deste instrumento, consoante Resolução da Comissão Intergestores Bipartite/RS nº 652 de 19 de novembro de 2012;

5.1.55 Caso a CONTRATADA não possua habilitação para realização de procedimento e reúna condições técnicas para fazê-lo, poderá, mediante autorização, utilizar incentivos financeiros de que trata a cláusula sétima deste instrumento. Todavia, caso seja autorizado o procedimento e não o realize, será considerada negativa de acesso;

5.1.56 Respeitar as suas referências populacionais e atender a todas as situações, independente da origem do usuário, observando sempre a sua capacidade instalada e serviços pactuados, assegurando a Universalidade do SUS, sob pena de ser responsabilizado nas esferas cabíveis, conforme legislação vigente.

§1º A eventual mudança de endereço da unidade assistencial da CONTRATADA será imediatamente comunicada ao CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo, ainda, rever as condições do Contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.

§2º A mudança de Diretor Clínico (ou Técnico) também será comunicada à CONTRATANTE, bem como do responsável pelos serviços auxiliares de diagnóstico e terapia.

§3º A CONTRATADA aceita a supressão quantitativa superior a 25% dos valores contratados atualizados, na proporção da constatação realizada pelo CONTRATANTE quando no exercício do controle, avaliação e auditoria referidos neste contrato.

5.2 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.2.1 Fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços;

5.2.2 Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

5.2.3 Proceder o reajuste e à revisão dos preços na forma da lei e deste contrato;

5.2.4 cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais;

5.2.5 Zelar pela boa qualidade do serviço;

5.2.6 Estimular o aumento da qualidade e produtividade dos serviços;

5.2.7 Realizar pontualmente os pagamentos devidos pela prestação dos serviços;

5.2.8 Zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal de saúde pública;

5.2.9 Garantir à CONTRATADA as condições adequadas de infra-estrutura, insumos, material permanente, medicamentos e recursos humanos complementares para a prestação dos serviços contratados, que permitam o alcance das metas e indicadores propostos, de acordo com a Portaria MS No 2048/09 e as normas da vigilância sanitária;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

- 5.2.10 Garantir os recursos financeiros para execução do objeto deste contrato;
- 5.2.11 Designar Comissão de Acompanhamento e Avaliação do contrato, com atribuições e responsabilidades;
- 5.2.12 Garantir o acesso da CONTRATADA às informações em saúde necessárias para o planejamento e a execução dos serviços contratados, que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados ou em outras questões omissas neste instrumento;
- 5.2.13 Assegurar a continuidade dos serviços transferidos, sob sua exclusiva responsabilidade, em caso de rescisão contratual;
- 5.2.14 Garantir a transferência dos recursos previstos neste Contrato à CONTRATADA, conforme Cláusula Sétima deste termo, respeitando o Documento Descritivo;
- 5.2.15 Acompanhar, supervisionar, coordenar, prestar assessoria técnica, regular, controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados;
- 5.2.16 Estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- 5.2.17 Analisar os relatórios elaborados pela CONTRATADA, comparando-se as metas do Documento Descritivo, com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados.
- 5.2.18 Definir a área territorial de abrangência e a população de referência dos hospitais sob sua gestão, conforme pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e Comissão Intergestores Regional (CIR), bem como nos Planos de Ação Regional das Redes Temáticas;
- 5.2.19 Definir as ações e serviços a serem contratados de acordo com o perfil assistencial do CONTRATADO e as necessidades epidemiológicas e sócio-demográficas da região de saúde, conforme pactuação na CIB e na CIR, bem como nos Planos de Ação Regional das Redes Temáticas;
- 5.2.20 Financiar de forma tripartite as ações e serviços de saúde contratualizadas, conforme pactuação, considerada a oferta das ações e serviços pelos entes federados, as especificidades regionais, os padrões de acessibilidade, o referenciamento de usuários e a escala econômica adequada;
- 5.2.21 Prever metas e compromissos específicos para a atenção à saúde indígena, respeitando os direitos previstos na legislação e suas especificidades socioculturais, conforme pactuação no âmbito do subsistema de saúde indígena;
- 5.2.22 Gerenciar os instrumentos formais de contratualização sob sua gestão, visando à execução das ações e serviços de saúde e demais compromissos contratualizados;
- 5.2.23 Realizar a regulação das ações e serviços de saúde contratualizados, por meio de:
- a) Estabelecimento de fluxos de referência e contra referência de abrangência municipal, regional, estadual e do Distrito Federal, de acordo com o pactuado na CIB e/ou CIR;
 - b) Implementação de protocolos para a regulação de acesso às ações e serviços hospitalares e definição dos pontos de atenção, bem como suas atribuições na RAS para a continuidade do cuidado após alta hospitalar; e
 - c) Regulação do acesso às ações e serviços de saúde, por meio de centrais de regulação, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Regulação;
- 5.2.24 Instituir e garantir o funcionamento regular e adequado da Comissão de Acompanhamento da Contratualização de que trata o art. 32 da Portaria 3.410/2013;
- 5.2.25 Controlar, avaliar, monitorar e auditar, quando couber, as ações e serviços de saúde contratualizadas, na forma de:
- a) Dispositivos de autorização prévia dos procedimentos ambulatoriais e de internação hospitalar, salvo em situações em que fluxos sejam definidos "a priori" com autorização "a posteriori";
 - b) Monitoramento da produção, avaliando sua compatibilidade com a capacidade operacional e complexidade do hospital e de acordo com o previsto no instrumento formal de contratualização;
 - c) Monitoramento e avaliação das metas por meio de indicadores quali-quantitativos;
 - d) Monitoramento da execução orçamentária com periodicidade estabelecida no instrumento formal de contratualização;
- 5.2.26 Alimentar o sistema de informação de monitoramento e avaliação das metas e compromissos da contratualização;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

- 5.2.27 Apresentar prestação de contas do desempenho dos hospitais contratualizados com formatos e periodicidade definidos, obedecida à legislação vigente;
- 5.2.28 Realizar investigação de denúncias de cobrança indevida de qualquer ação ou serviço de saúde contratualizado prestada pelo CONTRATADO ou profissional de saúde;
- 5.2.29 Cumprir as regras de alimentação e processamentos dos seguintes sistemas:
- A. sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);
 - B. Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS);
 - C. Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS);
 - D. Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN);
 - E. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC);
 - F. Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM); e
 - G. outros sistemas que venham a ser criados no âmbito da atenção hospitalar no SUS;
- 5.2.30 Promover, no que couber, a transferência gradual das atividades de atenção básica realizadas pelos hospitais para as Unidades Básicas de Saúde (UBS), conforme a pactuação local;
- 5.2.31 Promover a integração das práticas de ensino-serviço à realidade das RAS;
- 5.2.32 Promover a oferta de vagas para estágio de graduação e vagas para a pós-graduação, especialmente em residências, nas especialidades prioritárias para o SUS; e
- 5.2.33 Estimular, apoiar e financiar o desenvolvimento de pesquisa nos hospitais, em parceria com instituições de ensino e outras instâncias de governo.

CLÁUSULA SEXTA - DO DOCUMENTO DESCRITIVO

I - O Documento Descritivo é parte integrante deste Contrato e condição de sua eficácia, e terá validade de 24 meses.

II - Caso a CONTRATADA apresente percentual acumulado de cumprimento de metas superiores a 100% (cem por cento) por 12 (doze) meses consecutivos, terá as metas do Documento Descritivo e os valores contratuais reavaliados, com vistas ao reajuste, mediante aprovação do gestor local e disponibilidade orçamentária;

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS GLOBAIS

O valor anual total estimado para a execução do presente contrato importa em R\$ 18.796.585,32 (dezoito milhões, setecentos e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos), e será repassado pela SECRETARIA:

7.1 – DO PAGAMENTO DOS RECURSOS ESTADUAIS E FEDERAIS

7.1.1 Os recursos provenientes da Secretaria Estadual e do Ministério da Saúde serão repassados em parcelas mensais, até o 5º (quinto) dia útil de acordo, respectivamente, com a disponibilidade do recurso no Fundo Estadual de Saúde e da data do depósito do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde dos recursos provenientes do Teto Federal de Assistência do Ministério da Saúde, por força da Gestão Plena do Sistema Único de Saúde do Rio Grande do Sul:

Programação Financeira para o Hospital - Hospitalar		
	Mensal	Anual
Pós Fixado: FAEC Hospitalar	R\$ 16.030,83	R\$ 192.369,96
Pré Fixado: Média Complexidade	R\$ 535.844,24	R\$ 6.430.130,88
Subtotal	R\$ 551.875,07	R\$ 6.622.500,84
Programação Financeira para o Hospital - Ambulatorial		
	Mensal	Anual
Pós Fixado: FAEC Hospitalar	R\$ 9.225,00	R\$ 110.700,00
Pré Fixado: Média Complexidade	R\$ 123.466,91	R\$ 1.481.602,92
Pós Fixado: Alta Complexidade	R\$ 68.338,03	R\$ 820.056,36
Subtotal	R\$ 201.029,94	R\$ 2.412.359,28



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

Programação de Incentivos Estaduais para o Hospital	Mensal	Anual
Casa da Gestante	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00
Gestante de Alto Risco	R\$ 4.165,24	R\$ 49.982,88
Saúde Mental Estadual	R\$ 60.000,00	R\$ 720.000,00
SAMU	R\$ 100.000,00	R\$ 1.200.000,00
Mãe Canguru	R\$ 9.000,00	R\$ 108.000,00
Egresso de UTI Neonatal	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00
Serviço Integrado na Atenção Especializada Ambulatorial - SIAEA - Traumatologia/Ortopedia	R\$ 50.740,00	R\$ 608.880,00
Serviços Integrados na Atenção Especializada Ambulatorial-SIAEA - Coloproctologia	R\$ 50.740,00	R\$ 608.880,00
Serviço Integrado na Atenção Especializada Ambulatorial - SIAEA - Bucomaxilofacial	R\$ 50.740,00	R\$ 608.880,00
Plantão Presencial: Obstétrico	R\$ 40.000,00	R\$ 480.000,00
Serviço Integrado na Atenção Especializada Ambulatorial - SIAEA - Cirurgia Geral	R\$ 50.740,00	R\$ 608.880,00
Serviço Integrado na Atenção Especializada Ambulatorial - SIAEA - Endocrinologia	R\$ 27.870,00	R\$ 334.440,00
Subtotal	R\$ 470.995,24	R\$ 5.651.942,88
Programação de Incentivos Federais para o Hospital	Mensal	Anual
INTEGRASUS - Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde	R\$ 16.236,55	R\$ 194.838,60
Saúde Mental Federal	R\$ 28.050,55	R\$ 336.606,60
IAC - Incentivo à Contratualização	R\$ 298.194,76	R\$ 3.578.337,12
Subtotal	R\$ 342.481,86	R\$ 4.109.782,32
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - TOTAL	Mensal	Anual
Pós Fixado: FAEC	R\$ 25.255,83	R\$ 303.069,96
Pré Fixado: Média Complexidade	R\$ 659.311,15	R\$ 7.911.733,80
Pós Fixado: Alta Complexidade	R\$ 68.338,03	R\$ 820.056,36
Pré Fixado: Incentivos Financeiros Estaduais	R\$ 470.995,24	R\$ 5.651.942,88
Pré Fixado: Incentivos Financeiros Federais	R\$ 342.481,86	R\$ 4.109.782,32
TOTAL	R\$ 1.566.382,11	R\$ 18.796.585,32

7.1.2 Os valores provenientes do Teto Federal de Assistência do Ministério Federal da Saúde – MS que oneram recursos do Fundo de Saúde da SECRETARIA, serão repassados de acordo com a sua forma de financiamento - pré ou pós-fixado - consoante parâmetros abaixo:

§1º O componente pré-fixado que corresponde aos Procedimentos de Média Complexidade e aos Incentivos Financeiros Federais importa em R\$ 12.021.516,12 (doze milhões, vinte e um mil, quinhentos e dezesseis reais e doze centavos) ano, a ser transferido a CONTRATADA em parcelas mensais de R\$ 1.001.793,01 (um milhão, mil, setecentos e noventa e três reais e um centavo).

I - Quarenta por cento (40%) do valor pré-fixado do Teto Federal da Assistência do MS, conforme cláusula 7.1.2, §1º, que remontam a R\$ 400.717,20 (quatrocentos mil, setecentos e dezessete reais e vinte centavos) por mês serão repassados mensalmente e vinculados ao cumprimento das metas de qualidade discriminadas no Documento Descritivo, definida através das seguintes faixas:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

a) Cumprimento de 100% a 90% das metas qualitativas pactuadas, correspondente a um repasse de 40% do valor pré-fixado;

b) Cumprimento de menos de 90% das metas qualitativas pactuadas, correspondente a um repasse de idêntico percentual para o pagamento dos 40% do valor pré-fixado.

II – Sessenta por cento (60%) do valor pré-fixado, conforme cláusula 7.1.2, §1º, que remontam a R\$ 601.075,81 (seiscentos e um mil e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos) por mês serão repassados mensalmente ao estabelecimento hospitalar de acordo com o percentual de cumprimento das metas físicas pactuadas no Documento Descritivo, e definidas por meio das seguintes faixas:

a) Cumprimento de 95% a 105% das metas físicas pactuadas corresponde a um repasse de 100% da parcela referida neste parágrafo;

b) Cumprimento de 81% a 94% das metas físicas pactuadas corresponde a um repasse de 80% do valor da parcela referida neste parágrafo;

c) Cumprimento de 70% a 80% das metas físicas pactuadas corresponde a um repasse de 70% do valor da parcela referida neste parágrafo.

7.1.3 O componente pós-fixado, que corresponde aos Procedimentos de Alta Complexidade e aos Procedimentos Estratégicos – FAEC, já cadastrados, será repassado À CONTRATADA, após o processamento, aprovação e concomitantemente à respectiva transferência financeira do Ministério da Saúde, estimando-se um valor médio mensal de R\$ 93.593,86 (noventa e três mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos).

7.1.4 O recurso financeiro relativo ao Programa de Reestruturação dos Hospitais Filantrópicos – IAC, conforme disposto na Portaria GM n.º 3166/2013 será repassado ao HOSPITAL, concomitantemente à respectiva transferência financeira do Ministério da Saúde.

7.1.5 Os recursos provenientes da Política de Incentivo Estadual à Qualificação da Atenção Secundária e Terciária em Saúde (PIES – AST) serão repassados de acordo com a sua forma de financiamento - pré e pós-fixado - consoante parâmetros abaixo:

I - O componente pré-fixado importa em R\$ 5.651.942,88 (cinco milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos), sendo pago em parcelas mensais de R\$ 470.995,24 (quatrocentos e setenta mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos).

II - O componente pós-fixado importa em R\$ 0,00 (zero reais), sendo pago em parcelas mensais de R\$ 0,00 (zero reais).

§1º – Os Incentivos Estaduais, pagos pós-fixados, serão repassados ao prestador de forma pré-fixada, conforme Resolução CIB/RS n.º 358/13. O não cumprimento da prestação dos serviços acarretará em suspensão dos incentivos ou descontos proporcionais;

7.1.6 O cumprimento das metas quantitativas e qualitativas, estabelecidas no Documento Descritivo, bem como o acompanhamento dos serviços contratados, deverão ser atestados pela Comissão de Acompanhamento do Contrato através da apresentação de relatório mensal junto à SECRETARIA.

7.1.7 A avaliação do cumprimento das metas deverá ser global e não de procedimentos específicos.

7.1.8 Caso a CONTRATADA não atinja pelo menos 50% (cinquenta por cento) das metas qualitativas ou quantitativas pactuadas por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, terá o instrumento de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

contratualização e Documento Descritivo revisados, ajustando-os de forma a reduzir as metas e os valores dos recursos a serem repassados, de acordo com a produção do hospital, mediante aprovação do gestor local.

7.1.9 A Secretaria Estadual de Saúde aumentará o teto financeiro (alta complexidade ambulatorial e internamento) e o repasse de verbas que se trata este contrato (média complexidade ambulatorial e internamento) na mesma proporção que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes nas tabelas do SUS, e, **anualmente e/ou** quando da renovação do Documento Descritivo, deverá ser feita a revisão dos valores financeiros, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

7.2 – Em havendo sazonalidade na prestação do objeto do presente contrato, o montante será pré-fixado e pago integralmente nas parcelas mensais estipuladas no presente contrato, desde que cumpridas pelas unidades da CONTRATADA as metas estabelecidas, para todo o período, no Documento Descritivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta dos recursos financeiros da União (Teto Federal da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC e do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC) e do Estado (Ação de Apoio aos Hospitais) e do Município

§1º As despesas com MAC, FAEC e Incentivos Financeiros Federais correrão a conta dos recursos financeiros da União, suplementado, se necessário, com recursos financeiros do Estado. As despesas com a Política de Incentivo Estadual à Qualificação da Atenção Secundária e Terciária em Saúde (PIES – AST) correrão a conta dos recursos financeiros do Estado, com as seguintes dotações orçamentárias:

Recurso União (MAC, FAEC e Incentivos Financeiros Federais)	Recurso Estadual PIES-AST
U.O: 20.95	U.O: 20.95
Recurso.....: 1681 e/ou 0006	Recurso.....: 0006
Projeto.....: 8065 e/ou 8065	Projeto.....: 8514, 8513, 8516, 8521, 8515,
NAD.....: 3.3.90.39.3988	8524, 8517, 8520, 8519
Empenho.....: 16003849075	NAD.....: 3.3.90.39.3912
Data do Empenho: 25/08/2016	Empenho.....: 16003849132
	Data do Empenho: 25/08/2016

§ 2º Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

PARÁGRAFO ÚNICO: “A Entidade prestará os serviços no município de ALEGRETE/RS e, conforme Declaração emitida em 28 de junho de 2016, pela CONTRATADA, às folhas nº. 1021, NÃO OCORRE retenção do Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, conforme Lei Municipal nº. 836/67.”

CLÁUSULA NONA - DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

Os mecanismos de Controle, Avaliação e Auditoria são os seguintes:

- I - Comissão de acompanhamento do presente contrato;
- II - Relatórios de Atividades;
- III - Componente Federal e Estadual de Auditoria.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

9.1 A comissão de acompanhamento do Contrato, composta por 6 (seis) integrantes, que será constituída por dois representantes da CONTRATADA, dois de cada CONTRATANTE e dois do Conselho Regional/Municipal de Saúde, devendo reunir-se no mínimo trimestralmente, ou se for o caso, uma vez por mês.

9.2 A atribuição desta Comissão será a de acompanhar a execução do presente Contrato, principalmente no tocante aos seus custos, cumprimento das metas estabelecidas no Documento Descritivo e avaliação da qualidade da atenção à saúde dos usuários.

9.3 A Comissão de Acompanhamento do Contrato será criada pelos CONTRATANTES até quinze dias após a vigência deste termo, cabendo à CONTRATADA e demais integrantes, nesse prazo, indicar aos CONTRATANTES os seus representantes.

9.4 No caso de não aprovação do relatório pela Comissão de Acompanhamento do Contrato, serão aplicados os reguladores da cláusula sétima ou será revisto o Documento Descritivo.

9.5 A CONTRATADA fica obrigada a fornecer à Comissão de Acompanhamento todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

9.6 A existência da comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substituiu as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (Federal e Estadual).

9.7 A contratada fica obrigada a fornecer à Coordenação de Auditoria Médica Estadual os documentos comprobatórios de internação e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades, os quais deverão ser analisados no prazo máximo de trinta dias, sob pena de aprovação tácita dos procedimentos auditados, para os fins deste contrato.

9.8 O CONTRATADO se obriga a encaminhar aos CONTRATANTES, nos prazos estabelecidos, os seguintes documentos ou informações:

- a) Relatório Trimestral das atividades desenvolvidas no período, entregue até o 15º dia útil do mês seguinte, contendo informações sobre a execução do presente Contrato para avaliação da Comissão de Acompanhamento;
- b) Relatório anual previsto para avaliação da atuação do estabelecimento frente aos recursos recebidos dentro do programa de incentivos estaduais da Ação de Apoio aos Hospitais;
- c) Encaminhar anualmente Relatório de Atividades, que conterá questões quanto à qualidade de acesso, a atenção a saúde, as políticas prioritárias e humanização e aperfeiçoamento, devidamente preenchido e aprovado pela Comissão de Acompanhamento do Contrato SUS e pelo Conselho Municipal de Saúde até 29 de março do ano subsequente aos recursos recebidos no exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado mediante a celebração de termo aditivo, de acordo com necessidades de modificações do Documento Descritivo, bem como de acordo com as demais possibilidades aqui previstas, ressalvado o seu objeto, que não pode ser modificado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Mediante Termo Aditivo, e de acordo com a capacidade operacional das unidades da CONTRATADA e as necessidades dos CONTRATANTES, os contraentes poderão, por interesse público, fazer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) nos valores limites deste Contrato, durante o período de sua vigência, mediante justificativa aprovada pelo Secretário de Estado da Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido total ou parcialmente pelas partes quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas ou condições, em especial:

11.1 Pelos CONTRATANTES:

- a) pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

- b) pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, avaliação e auditoria pelos órgãos competentes dos CONTRATANTES ou do Ministério da Saúde;
- c) pela não entrega dos relatórios trimestrais previstos neste; e
- d) pela não observância dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde.

11.2 Pela CONTRATADA:

- a) Pela inobservância da Legislação vigente e dos compromissos previstos neste Contrato.
- b) o atraso superior a 120 (cento e vinte) dias dos pagamentos devidos no presente contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em havendo rescisão administrativa, são reconhecidos os direitos do Estado, conforme previsto na Lei nº 8666/93, artigo 77.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE a aplicar, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

- a) advertência;
- b) multa/dia;
- c) suspensão temporária das internações.

§1º A imposição das penalidades previstas nesta Cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificado a CONTRATADA.

§2º As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”.

§3º A multa-dia corresponderá a 1/60 (um sessenta avos) do último faturamento mensal liquidado, e poderão ser impostos até 20 (vinte) dias-multa. A multa será deduzida do valor do primeiro faturamento subsequente e sua imposição.

§4º A partir do conhecimento da aplicação das penalidades a CONTRATADA terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso dirigido ao Secretário de Estado da Saúde.

§5º A suspensão temporária das internações será determinada até que a CONTRATADA corrija a omissão ou a irregularidade específica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§6º A imposição de quaisquer das sanções estipuladas, nesta Cláusula, não ilidirá o direito da CONTRATANTE exigir o ressarcimento integral dos prejuízos e das perdas e danos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente da responsabilidade criminal e/ou ética do autor do fato.

§7º O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA DENÚNCIA

Qualquer uma das partes poderá denunciar o presente Contrato, com comunicação do fato, por escrito, com antecedência mínima de 120 dias, devendo ser respeitado o andamento de atividades que não puderem ser interrompidas neste prazo ou que possam causar prejuízos à saúde da população, quando então será respeitado o prazo de 180 dias para o encerramento deste Contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA EFICÁCIA

O presente Contrato somente terá eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da última publicação da respectiva Súmula tanto no Diário Oficial do Estado e, quanto em jornal de grande circulação pelo município, ou Diário Oficial Municipal, podendo ser prorrogado em comum acordo mediante Termo Aditivo até o limite legal.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir questões sobre a execução do presente Contrato e seus Termos Aditivos que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos partícipes.

E, por estarem assim, justos e acordados, os partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, tudo na presença das testemunhas infra-assinadas.

Porto Alegre, 29 de AGOSTO de 2016.

JOÃO GABBARDO DOS REIS
Secretário de Estado da Saúde

ANTÔNIO JORGE LIMA BARCELLOS DE SOUZA
Presidente da Diretoria Provedora da Irmandade da Santa Casa de
Caridade de Alegrete

TESTEMUNHAS:

LUCIANO D. A. TEIXEIRA

RG: 8043058071

FREDERICO ANTUNES
RG: 5007302432



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

Documento Descritivo
IRMANDADE DA SANTA CASA DE CARIDADE ALEGRETE
ALEGRETE

1ª PARTE
METAS QUALITATIVAS

A - Atenção à Saúde

1. Redução da taxa de infecções hospitalares

Meta: ATÉ ATINGIR 1,5% NO TRIMESTRE- Capacitar os membros executores do SCIH nos procedimentos de controle de infecção hospitalar. Que a partir da apropriação do conhecimento, capacitar demais funcionários da instituição para redução da infecção hospitalar. Auditar o processo de trabalho observando a rotina laboral e a aplicabilidade das normas protocoladas para o setor. Elaborar e distribuir material educativo aos frequentadores na unidade hospitalar dos métodos utilizados para redução de infecção hospitalar.

Pontuação: 10

2. Manter a Comissão de Revisão de Óbitos maternos, infantil, neo-natais e fetais.

Meta: A comissão realizará a investigação de óbitos maternos, pediátricos, neonatais e fetais ocorridos no hospital, a fim de detectar a causa da morte, para implantar ações de prevenção. atuar junto a SMS nas capacitações da equipe e discutir as ações que serão desenvolvidas de forma integrada a fim de viabilizar a redução de óbitos.

Pontuação: 8

3. Relatório de cadastro de pacientes hemofílicos atendidos no Hospital com nome, endereço, telefone para contato e anamnese, elucidando quadro clínico e funcional para posterior remessa à SMS.

Meta: Enviar os relatórios mensalmente à SMS.

Pontuação: 5

4. Redução da taxa de cesáreas no SUS.

Meta: Orientação às gestantes durante consultas realizadas no hospital e integrar as equipes da instituição com a Secretaria Municipal de Saúde para a realização de palestras e encontros com as gestantes atendidas nos Postos de Saúde do Município. Proporcionar visitação das gestantes com acompanhamento da equipe profissional nas unidades do hospital, salas de partos, casa da gestante, mãe canguru, gestante de alto risco, instruindo sobre as fases do pré-natal e puericultura. Capacitar às equipes da maternidade na realização do acolhimento humanizado proporcionando conforto emocional às gestantes.

Pontuação: 10

5. Aumento de cirurgias eletivas ambulatoriais e de internação com anestesia incluída.

Meta: ATÉ A CAPACIDADE INSTALADA- Pactuar com o SMS.

Pontuação: 5

6. Teste da Orelinha

Meta: Enviar os relatórios nominais mensalmente.

Pontuação: 5

7. Realizar teste do olhinho em 100% dos nascidos vivos.

Meta: Encaminhar à SMS relação contendo nome, filiação e data de nascimento de todos os nascidos vivos, que realizaram o teste do olhinho.

Pontuação: 5

8. Garantia de acesso.

Meta: Garantia de acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde conforme a capacidade instalada da unidade hospitalar.

Pontuação: 15



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

B - Participação nas políticas prioritárias do SUS

9. Implementar atividades humanizadoras conforme a política nacional de humanização do SUS.

Meta: Pesquisa de Satisfação de Usuários (ouvidoria) com índices acima de 70%. Ação: Implantar a Central de Ouvidoria e análise dos dados obtidos na pesquisa de satisfação, visando a correção de problemas e projeção de melhorias.

Pontuação: 5

10. Teste rápido de HIV para gestantes

Meta: Ação: realizar o teste no ato da internação e a solicitação do teste laboratorial para confirmação de rotina. Testagem realizada em 100% das gestantes parturientes conforme a determinação do Ministério da Saúde

Pontuação: 7

11. Incentivo ao aleitamento materno e a diminuição da taxa de mortalidade infantil na região.

Meta: Efetuar palestras de incentivo ao aleitamento materno a 100% das gestantes e puérperas internadas na instituição. Oportunizar dinâmicas instrutivas das vantagens da amamentação, bem como utilizando a anatomia e a fisiologia da mama e demonstrando as fases da lactação. Construir e equipar área física específica para realização das atividades, humanizando o espaço e com isso proporcionando bem estar e conforto.

Pontuação: 5

12. Notificação e encaminhamento para a Secretaria Municipal de Saúde da cidade de onde o paciente é oriundo, em especial bebês, com diagnóstico de deficiência auditiva, física (estomia), mental, autismo ou déficit sensoriomotor, ou suspeita, à respectiva Central de Regulação da Reabilitação.

Meta: 100% dos pacientes identificados. Ação: Após diagnóstico médico, emitir laudo e enviar à SMS relatório nominal mensal.

Pontuação: 5

C - Gestão Hospitalar

13. Relatório mensal para o gestor local com o nome, endereço e telefone para contato dos pacientes crônicos que apresentam internações recidivantes.

Meta: Encaminhar mensalmente o relatório para SMS.

Pontuação: 5

14. Redução do tempo de internação.

Meta: Oportunizar encontros para a conscientização da equipe da necessidade de avaliação de permanência dos pacientes.

Pontuação: 5

D - Desenvolvimento Profissional/Ensino

15. Cursos de treinamentos e aperfeiçoamentos de funcionários: no mínimo um curso por ano para cada funcionário do Hospital.

Meta: 50% dos funcionários

Pontuação: 5

Pontuação e pactuação das Metas de Qualidade

1. Avaliação mensal totalizando 40% do recurso pré-fixado, conforme consta estabelecido no contrato

2. Pontuação: 100

> 90 = 40% do valor-préfixado

< 90 = somatório de pontos atendidos transformados em percentual para o pagamento dos 40% do valor pré-fixado.

**2ª PARTE
METAS QUANTITATIVAS
SERVIÇOS CONTRATADOS**

§1º Os serviços ora contratados têm por base a série histórica do período de 2015/06 até 2016/05. Incluindo nos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

quantitativos financeiros os valores referentes aos serviços dos profissionais autônomos e OPME.

I - O prestador deve respeitar a legislação que rege suas habilitações, tanto estaduais quanto federais.

II - A distribuição de leitos, conforme cadastro no CNES vigente à data da contratação, compreende as seguintes áreas:

Especialidade		Leitos Existentes	Leitos SUS
CIRÚRGICO	CIRURGIA GERAL	25	15
	GASTROENTEROLOGIA	3	2
	GINECOLOGIA	8	4
	NEFROLOGIAUROLOGIA	3	2
	ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA	8	4
CLÍNICO	AIDS	2	2
	CARDIOLOGIA	2	2
	CLINICA GERAL	26	14
	NEFROUROLOGIA	2	2
	NEONATOLOGIA	10	6
	NEUROLOGIA	2	1
COMPLEMENTAR	SAUDE MENTAL	5	5
	UTI ADULTO - TIPO II	8	8
OBSTÉTRICO	UTI NEONATAL - TIPO II	10	10
	OBSTETRICA CLINICA	12	10
PEDIÁTRICO	OBSTETRICA CIRURGICA	12	10
	PEDIATRIA CLINICA	14	12
OUTRAS ESPECIALIDADES	PEDIATRIA CIRURGICA	4	2
	CRONICOS	8	6
	PSIQUIATRIA	20	20
TOTAL		186	139

III - O atendimento ambulatorial e hospitalar, que compreende a atenção integral, será efetuado de acordo com a capacidade instalada do Hospital e a necessidade do usuário, conforme as seguintes pactuações, realizadas entre os gestores do SUS e o contratado:

Área Hospitalar

Financiamento FAEC Média Complexidade Hospitalar		Mês		Ano	
Forma de Organização		Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
02 - Média Complexidade		17	R\$ 16.030,83	204	R\$ 192.369,96
Subtotal		17	R\$ 16.030,83	204	R\$ 192.369,96
Financiamento MAC Média Complexidade Hospitalar		Mês		Ano	
Forma de Organização		Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
03 - Procedimentos clínicos		250	R\$ 381.230,00	3000	R\$ 4.574.760,00
030317 - Tratamento dos transtornos mentais e		40	R\$ 31.648,40	480	R\$ 379.780,80



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

comportamentais				
0310 - Parto e nascimento	15	R\$ 8.272,05	180	R\$ 99.264,60
0404 - Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço	2	R\$ 1.547,96	24	R\$ 18.575,52
040801 - Cintura escapular	5	R\$ 1.590,70	60	R\$ 19.088,40
040802 - Membros superiores	6	R\$ 2.096,12	72	R\$ 25.153,44
040804 - Cintura pélvica	5	R\$ 17.113,45	60	R\$ 205.361,40
040805 - Membros inferiores	7	R\$ 6.924,68	84	R\$ 83.096,16
040806 - Gerais	7	R\$ 1.946,91	84	R\$ 23.362,92
0411 - Cirurgia obstétrica	70	R\$ 44.671,62	840	R\$ 536.059,44
0414 - Bucomaxilofacial	3	R\$ 1.845,55	36	R\$ 22.146,60
041605 - Colo-proctologia	30	R\$ 36.956,80	360	R\$ 443.481,60
Subtotal	440	R\$ 535.844,24	5280	R\$ 6.430.130,88

Área Ambulatorial

Financiamento MAC Média Complexidade Ambulatorial Forma de Organização	Mês		Ano	
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
0202 - Diagnóstico em laboratório clínico	4500	R\$ 14.220,00	54000	R\$ 170.640,00
0203 - Diagnóstico por anatomia patológica e citopatologia	20	R\$ 213,00	240	R\$ 2.556,00
0204 - Diagnóstico por radiologia	1500	R\$ 13.260,00	18000	R\$ 159.120,00
0204030188 - MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	160	R\$ 7.200,00	1920	R\$ 86.400,00
0205 - Diagnóstico por ultra-sonografia	200	R\$ 5.530,00	2400	R\$ 66.360,00
0209 - Diagnóstico por endoscopia	76	R\$ 5.453,76	912	R\$ 65.445,12
0212 - Diagnóstico e procedimentos especiais em hemoterapia	25	R\$ 426,00	300	R\$ 5.112,00
0301010048 - CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO)	1760	R\$ 11.088,00	21120	R\$ 133.056,00
223268 - Cirurgião dentista - traumatologista bucomaxilofacial	240	R\$ 1.512,00	2880	R\$ 18.144,00
0301010072 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	520	R\$ 5.200,00	6240	R\$ 62.400,00
225270 - Médico ortopedista e traumatologista	240	R\$ 2.400,00	2880	R\$ 28.800,00
225280 - Médico coloproctologista	240	R\$ 2.400,00	2880	R\$ 28.800,00
0301060029 - ATENDIMENTO DE URGENCIA C/ OBSERVACAO ATE 24 HORAS EM ATENCAO ESPECIALIZADA	1200	R\$ 14.964,00	14400	R\$ 179.568,00
0301060096 - ATENDIMENTO MEDICO EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	2000	R\$ 22.000,00	24000	R\$ 264.000,00
0301060100 - ATENDIMENTO ORTOPEDICO COM IMOBILIZACAO PROVISORIA	100	R\$ 1.300,00	1200	R\$ 15.600,00
0301100012 - ADMINISTRACAO DE MEDICAMENTOS NA ATENCAO ESPECIALIZADA.	1000	R\$ 630,00	12000	R\$ 7.560,00
030309 - Tratamento de doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	100	R\$ 2.331,00	1200	R\$ 27.972,00
04 - Procedimentos cirúrgicos	34	R\$ 1.018,45	408	R\$ 12.221,40
0401010015 - CURATIVO GRAU II C/ OU S/ DEBRIDAMENTO	150	R\$ 4.860,00	1800	R\$ 58.320,00
0404 - Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da	45	R\$ 2.609,10	540	R\$ 31.309,20



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

cabeça e do pescoço				
0414 - Bucomaxilofacial	30	R\$ 1.511,10	360	R\$ 18.133,20
0417 - Anestesiologia	150	R\$ 3.340,50	1800	R\$ 40.086,00
Subtotal	14290	R\$ 123.466,91	171480	R\$ 1.481.602,92
Financiamento MAC	Mês		Ano	
Alta Complexidade Ambulatorial				
Forma de Organização	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
0206 - Diagnóstico por tomografia	222	R\$ 22.919,28	2664	R\$ 275.031,36
0207 - Diagnóstico por ressonância magnética	169	R\$ 45.418,75	2028	R\$ 545.025,00
Subtotal	391	R\$ 68.338,03	4692	R\$ 820.056,36
Financiamento FAEC	Mês		Ano	
Média Complexidade Ambulatorial				
Forma de Organização	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
0204030188 - MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	205	R\$ 9.225,00	2460	R\$ 110.700,00
Subtotal	205	R\$ 9.225,00	2460	R\$ 110.700,00

IV - Os recursos financeiros correspondentes aos Incentivos Federais e aos Incentivos Estaduais de cofinanciamento aos Hospitais vinculados ao SUS serão repassados ao prestador conforme as regras estabelecidas em Portarias e Resoluções específicas e estão informados no quadro abaixo:

Classificação	Incentivo	Número Parcelas	Valor Parcela
Estadual	Casa da Gestante	12	R\$ 12.000,00
Estadual	Gestante de Alto Risco	12	R\$ 4.165,24
Estadual	Saúde Mental Estadual	12	R\$ 60.000,00
Estadual	SAMU	12	R\$ 100.000,00
Estadual	Mãe Canguru	12	R\$ 9.000,00
Estadual	Egresso de UTI Neonatal	12	R\$ 15.000,00
Estadual	Serviço Integrado na Atenção Especializada Ambulatorial - SIAEA - Traumatologia/Ortopedia	12	R\$ 50.740,00
Estadual	Serviços Integrados na Atenção Especializada Ambulatorial-SIAEA - Coloproctologia	12	R\$ 50.740,00
Estadual	Serviço Integrado na Atenção Especializada Ambulatorial - SIAEA - Bucomaxilofacial	12	R\$ 50.740,00
Estadual	Plantão Presencial: Obstétrico	12	R\$ 40.000,00
Estadual	Serviço Integrado na Atenção Especializada Ambulatorial - SIAEA - Cirurgia Geral	12	R\$ 50.740,00
Estadual	Serviço Integrado na Atenção Especializada Ambulatorial - SIAEA - Endocrinologia	12	R\$ 27.870,00
Federal	INTEGRASUS - Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde	12	R\$ 16.236,55
Federal	Saúde Mental Federal	12	R\$ 28.050,55
Federal	IAC - Incentivo à Contratualização	12	R\$ 298.194,76
Subtotal			R\$ 813.477,10



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

SÍNTESE DE VALORES

Financiamento MAC		
Média Complexidade	Mensal	Anual
AMBULATORIAL	R\$ 123.466,91	R\$ 1.481.602,92
HOSPITALAR	R\$ 535.844,24	R\$ 6.430.130,88
Subtotal	R\$ 659.311,15	R\$ 7.911.733,80
Alta Complexidade	Mensal	Anual
AMBULATORIAL	R\$ 68.338,03	R\$ 820.056,36
Subtotal	R\$ 68.338,03	R\$ 820.056,36
Financiamento FAEC		
Média Complexidade	Mensal	Anual
AMBULATORIAL	R\$ 9.225,00	R\$ 110.700,00
HOSPITALAR	R\$ 16.030,83	R\$ 192.369,96
Subtotal	R\$ 25.255,83	R\$ 303.069,96
Incentivos		
Classificação	Mensal	Anual
ESTADUAL	R\$ 470.995,24	R\$ 5.651.942,88
FEDERAL	R\$ 342.481,86	R\$ 4.109.782,32
Subtotal	R\$ 813.477,10	R\$ 9.761.725,20
TOTAL GERAL	R\$ 1.566.382,11	R\$ 18.796.585,32

Pontuação e pactuação das Metas Físicas

1. Avaliação mensal totalizando 60% do recurso pré-fixado, conforme consta estabelecido no contrato
2. Pontuação: 100
3. Sessenta por cento (60%) do valor pré-fixado, será repassado mensalmente ao Hospital de acordo com o percentual de cumprimento das metas físicas hospitalares e ambulatoriais acima pactuadas, de acordo com as seguintes faixas:
 - I - cumprimento de 95 a 105 pontos corresponde a um repasse de 100 % dos 90%
 - II - cumprimento de 81 a 94 pontos corresponde a um repasse de 80 % dos 90%
 - III - cumprimento de 70 a 80 pontos corresponde a um repasse de 70 % dos 90%

SÚMULA DO TERMO DE COMPROMISSO PARA EXECUÇÃO DE MEDIDA COMPENSATÓRIA SEMA/DBIO - FEPAM - LINHA EMÍLIA ENERGÉTICA S.A.

I - PARTICIPES. Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, no âmbito do Departamento de Biodiversidade - DBIO, doravante denominada COMPROMITENTE e a Linha Emília Energética S.A., doravante denominada COMPROMISSÁRIA, tendo como INTERVENIENTE/FISCAL a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - FEPAM. **II - OBJETO:** Estabelecer as regras para o cumprimento integral da Medida Compensatória, exigida pelo artigo 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, decorrente da atividade de "Pequena Central Hidrelétrica Linha Emília", que tem como responsável a COMPROMISSÁRIA, licenciada ambientalmente pela FEPAM, através do Processo Administrativo nº 14430-05/67/12-8, que resultou na Licença de Operação nº 1826/2013-DL. **III - DO VALOR:** O montante da compensação ambiental do empreendimento a ser aplicado em Unidades de Conservação no Estado do Rio Grande do Sul é de R\$ 310.136,46 (trezentos e dez mil, cento e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos). **IV - VIGÊNCIA:** A vigência do presente Termo se encerra quando for efetivada a completa execução do recurso objeto deste Termo, aprovada a prestação de contas pela CECA e emitido pelo COMPROMITENTE o Termo de Quitação de Medida Compensatória, e terá início na data de publicação da súmula deste instrumento no Diário Oficial do Estado. **V - ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO:** Processo Administrativo nº 5567-05/00/07-8. Secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Av. Borges de Medeiros, nº 261, 14º andar, Porto Alegre - RS.

Porto Alegre, 31 de agosto de 2016.

Ana Maria Pellini

Secretária de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Código: 1672003

DIVERSOS

AVISO SEMA – CRH/RS Nº 11/2016

Cadastramento de Entidades Candidatas a Participarem do Processo Eleitoral do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA e do Conselho de Recursos Hídricos – CRH/RS, está abrindo inscrições para o cadastramento de entidades, que tenham atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí, para a gestão 2016/2018.

1 Prazos: As inscrições poderão ser feitas até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação. Excepcionalmente, a critério da comissão eleitoral do Comitê e da Secretaria Executiva do CRH, poderão ser feitas inscrições posteriores.

2 Locais: As inscrições poderão ser realizadas nos seguintes endereços:

Sede do Comitê Ibicuí
Av. Assis Brasil, nº 42
CEP 97543-000 – Alegrete/RS
Tel: (55) 3422-2740

E-mail: comiteibicui@via-rs.net

Site: www.comiteibicui.com.br/eleicoes

Contato: Mariza ou Elisângela

Associação dos Arrozeiros de Uruguaiana

Rua Santana, nº 2717 – 3º andar

CEP 97510-471 – Uruguaiana/RS

Tel: (55) 3412-2805

E-mail: arrozu@bnet.com.br

Contato: Dolores

Secretaria Executiva do Conselho de Recursos Hídricos – SEMA/RS

Av. Borges de Medeiros, nº 261 – sala 1201

CEP 90020-021 – Porto Alegre/RS

Tel: (51) 3288-8142

E-mail: crh@sema.rs.gov.br

Contato: Carmem

3 Grupos: A entidade interessada deverá inscrever-se no grupo de representantes dos usuários da água ou no grupo dos representantes da população, podendo optar pela inscrição em mais de uma categoria do mesmo grupo, desde que comprove sua atuação na(s) mesma(s).

Grupo I – Representantes dos Usuários da Água:

Conforme Parágrafo Único do art. 13 da Lei 10.350, de 30 de dezembro de 1994, "entende-se como usuários da água indivíduos, grupos, entidades públicas e privadas e coletividades que, em nome próprio ou de terceiros, utilizam os recursos hídricos como: a) insumo em processo produtivo ou para consumo final; b) receptor de resíduos; c) meio de suporte de atividades de produção ou consumo."

3.1.1 Abastecimento Público: esta categoria compreende entidades ou empresas, públicas ou privadas, que atendam o abastecimento de água potável à população e que captem a água bruta nos domínios da bacia hidrográfica. 03 vagas

3.1.2 Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos e Drenagem

Esta categoria proposta pelo Comitê agrega duas categorias aprovadas pelo CRH/RS, a saber, respectivamente:

entidades ou empresas, públicas ou privadas, titulares ou concessionárias, responsáveis pela coleta, transporte, tratamento e disposição final do esgoto e dos resíduos sólidos domésticos, gerados na área de domínio da bacia hidrográfica;

entidades responsáveis pelo condicionamento e pela drenagem das águas pluviais nas áreas urbanas e rurais situadas, total ou parcialmente, nos domínios da bacia hidrográfica.

02 vagas

3.1.3 Produção Rural: esta categoria congrega as entidades representativas dos produtores das seguintes atividades: cultivos irrigados, cultivos não irrigados que utilizam fertilizantes e defensivos agrícolas; pecuária (criadores bovinos, ovinos, suínos, bubalinos, caprinos, etc); silvicultura; aquíicultura (aqueles que produzem em cativeiro organismos do habitat predominantemente aquático, tais como peixes, camarões, rãs, entre outras espécies) e outros. 07 vagas

3.1.4 Indústria: esta categoria congrega as entidades representativas das entidades de transformação e beneficiamento de produtos, que desenvolvem esta atividade na área da bacia hidrográfica. 01 vaga

3.1.5 Transporte Hidroviário Interior e Geração de Energia

Esta categoria proposta pelo Comitê agrega duas categorias aprovadas pelo CRH/RS, a saber, respectivamente:

a) entidades representativas dos armadores comerciais, que utilizam os corpos de água da bacia hidrográfica para o exercício de sua atividade econômica;

b) esta categoria compreende entidades ou empresas, públicas ou privadas, concessionárias dos serviços de geração de energia, utilizando água nos domínios da bacia hidrográfica.

01 vaga

3.1.6 Lazer e Turismo: esta categoria congrega as associações das instituições e empresas que promovem ou que prestam serviços na área do lazer e do turismo, e que utilizam as águas da bacia hidrográfica para estes fins. 01 vaga

3.1.7 Pesca: esta categoria congrega as entidades representativas dos pescadores profissionais. 01 vaga

Grupo II – Representantes da População:

3.2.1 Legislativos Estadual e Municipal: esta categoria congrega os representantes da Assembleia Legislativa do Estado e os representantes das Câmaras Municipais de Vereadores dos municípios cujo território, total ou parcialmente, estejam inseridos na área da bacia hidrográfica. 04 vagas

3.2.2 Associações Comunitárias e Clubes de Serviços Comunitários.

Esta categoria proposta pelo Comitê agrega duas categorias aprovadas pelo CRH/RS, a saber, respectivamente:

a) associações civis, sem finalidades lucrativas, que congreguem cidadãos e moradores das diferentes comunidades da bacia hidrográfica;

b) clubes de serviço que atuam na área da bacia hidrográfica.

03 vagas

3.2.3 Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: esta categoria compreende as instituições que ministram o ensino, as que desenvolvem a pesquisa científica e tecnológica, bem como as que prestam serviços de extensão na área da bacia hidrográfica. 03 vagas

3.2.4 Organizações Ambientais: esta categoria compreende as instituições não governamentais que se dedicam ao estudo, à compreensão, à formação do conhecimento, à capacitação e à intervenção, com o objetivo da sustentabilidade ambiental na área da bacia hidrográfica. 03 vagas

3.2.5 Associações de Profissionais: esta categoria compreende as entidades que congregam profissionais dos níveis, médios e superior, das diversas áreas da ciência e da tecnologia. 03 vagas

4. Inscrição: Ao inscrever-se, a entidade deverá fornecer, no mínimo, as seguintes informações:

- Denominação

- Pessoa(s) para contato

- Endereço, telefone/fax

5. Pré-Requisitos: As entidades de caráter privado deverão comprovar sua constituição legal e atuação na área da bacia hidrográfica de, no mínimo, um ano anterior à data de publicação deste Aviso. Documentos: Comprovação de funcionamento regular da instituição, atestada pela prefeitura municipal; Estatuto Social, regulamentos ou compromissos da entidade devidamente registrados em cartório; Cópia do CNPJ e Ficha de Inscrição.

6. Qualificação: As entidades que efetuarem a inscrição dentro do prazo e se enquadrarem nos pré-requisitos, segundo a avaliação da atual Comissão Eleitoral do Comitê, estarão habilitadas para participar do processo de escolha das entidades-membro do Comitê. As vagas das categorias que não tiverem número suficiente de candidatos habilitados serão preenchidas conforme os Artigos 4º a 7º, da Resolução 28/06-CRH/RS.

As entidades cadastradas e habilitadas serão avisadas por carta ou e-mail da hora, dia e local da reunião para a eleição das entidades.

7. Informações: a entidade interessada deverá buscar informações nos locais acima citados, quanto à habilitação por categoria, qualificação, pré-requisitos e documentação para inscrição.

Porto Alegre, 05 de agosto de 2016.

Maria Patrícia Möllmann,

Secretária de Estado Adjunta do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do CRH/RS

Código: 1671264

Secretaria da Saúde

Secretaria da Saúde

SECRETÁRIO: JOÃO GABBARD DO REIS

End: Av. Borges de Medeiros, 1501 - 6º andar

Porto Alegre/RS - 90119-900

Gabinete

CONTRATOS

Assunto: Contrato

Expediente: 023970-2000/06-8

Contratação Nº 2016/021329

CONTRATANTE: Rio Grande do Sul Secretaria da Saúde, CONTRATADO: Irmandade Santa Casa de Caridade de Alegrete, OBJETO: O presente tem por objeto estabelecer as bases da relação entre as partes integrar o HOSPITAL no Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde, a serem prestados a usuários do Sistema Único de Saúde que deles necessitem. PRAZO: 01/09/2016 até 01/09/2017, VALOR: R\$ 18.796.585,32 (Total), ORÇAMENTÁRIO: UO 20 95 Projeto 8065 Natureza Despesa: 3.3.90.39 Recurso: 1681, UO 20 95 Projeto 8514 Natureza Despesa: 3.3.90.39 Recurso: 0006; FUNDAMENTO LEGAL: Fornec. por produtor, empresa ou representante exclusivo- Art. 25, I, LF 8666/93, INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: N°CONT DCC/136/2016. Número Empenho 16003849075, 16003849132.

Código: 1672311

RECURSOS HUMANOS

Assunto: Afastamento

Expediente: 16/2000-0057235-7

Nome: Carla Adriane Jarczewski

Id.Func./Vínculo: 1868306/01

Tipo Vínculo: efetivo

Cargo/Função: Médico - D

Lotação: Secretaria da Saúde

AUTORIZA o afastamento do servidor, nos termos do Decreto 40879/01, sem prejuízo da remuneração e demais vantagens inerentes ao respectivo cargo:

Localidade de destino: Brasília/DF.

Período de afastamento: 24/08/2016 a 25/08/2016.

Evento e justificativa: Reunião para Elaboração do Manejo Clínico de TBDR.

Condição: Sem ônus.

Código: 1672312

SÚMULAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso de suas atribuições, ratifica a declaração de dispensa de licitação da Diretora Administrativa, ordenadora de despesa, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, a contratação da OI MÓVEL S/A, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel, no valor mensal estimado de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), à conta da U.E. 05.01, Atividade/Projeto: 6331, Recurso. 0001, Elemento de Despesa: 3 3 90 39 3980, Processo Administrativo nº 14571-05.00/15-3.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2016.

Ana Maria Pellini

- Secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Código: 1672544

Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler

DIRETORA-PRESIDENTE INTERINA: ANA MARIA PELLINI

End. Avenida Borges de Medeiros, nº 261
Porto Alegre/RS - 90020-021

PORTARIAS

PORTARIA Nº 059 - 2016

A DIRETORA-PRESIDENTE INTERINA DA FEPAM, no uso de suas atribuições, de conformidade com o Estatuto da Fundação e tendo em vista o que consta no processo nº 16/0567-0000364-1, DESIGNA a servidora abaixo relacionada para SUBSTITUIÇÃO por FÉRIAS: LETICIA DE ALMEIDA RODRIGUES, Id. Func. n. 3749738-01, Função em Comissão de Chefe de Serviço, em substituição ao titular LUIS FERNANDO DA SILVA LEMOS, Id. Func. n. 3671623-01, de 11/07/2016 a 09/08/2016, devendo perceber FC-III Porto Alegre, 29 de agosto de 2016. Ana Maria Pellini, Diretora-Presidente Interna.

Código: 1672450

PORTARIA Nº 060 - 2016

A DIRETORA-PRESIDENTE INTERINA DA FEPAM, no uso de suas atribuições, de conformidade com o Estatuto da Fundação e tendo em vista o que consta no Processo nº 16/0567-0000480-0, DISPENSA CLEBES BRUM PINHEIRO, Id. Func. n. 3028429-01, da Função em Comissão de Coordenador do Programa de Gestão Compartilhada de Recursos Hídricos - PGCRIH, Padrão FC-III, a partir da publicação no Diário Oficial do Estado-DOE. Porto Alegre, 29 de agosto de 2016. Ana Maria Pellini, Diretora-Presidente Interna.

Código: 1672451

PORTARIA Nº 061 - 2016

A DIRETORA-PRESIDENTE INTERINA DA FEPAM, no uso de suas atribuições, de conformidade com o Estatuto da Fundação e tendo em vista o que consta no Processo nº 16/0567-0000478-8, DISPENSA LUCIANA REGINA PETRY ANEEL, Id. Func. n. 3028291-01, da Função em Comissão de Coordenadora do Programa de Gerenciamento Costeiro - PGERCO, Padrão FC-III, a partir da publicação no Diário Oficial do Estado-DOE. Porto Alegre, 29 de agosto de 2016. Ana Maria Pellini, Diretora-Presidente Interina.

Código: 1672452

PORTARIA Nº 062 - 2016

A DIRETORA-PRESIDENTE INTERINA DA FEPAM, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Estatuto da Fundação, DESIGNA EGBERT SCHEID MALLMANN, Id. Func. n. 4280059-01, ÂNGELO JOSÉ PASTRO, Id. Func. n. 3606759-01, CELSO LUIS PACHECO MARQUES, Id. Func. n. 3021513-03, todos funcionários desta Fundação, para sob a Presidência do primeiro nomeado, constituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apuração dos fatos relatados no Processo Administrativo nº 004387-05.67/16-4, devendo esta Comissão, emitir parecer conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a partir da publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado - DOE. Porto Alegre, 29 de agosto de 2016. Ana Maria Pellini, Diretora-Presidente Interina.

Código: 1672453

Fundação Zoobotânica do RS - FZB

PRESIDENTE : Luiz Fernando de Oliveira Branco
End. Avenida Dr. Salvador França, nº 1427
Porto Alegre/RS - 90690-000

ATOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 2994/2016

O PRESIDENTE DA FZB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, DESIGNA Comissão de Sindicância, assim composta: Marco Antônio Rochedo Squeff, Id. 3011461-01, Rafael Jorgens, Id. 3919129/01 e Cleiton Laerti Schuh, Id. 4222407/01, sob a presidência do primeiro, referente ao processo administrativo 0158-05 61/16-8. Em 31 de agosto de 2016.

Código: 1672343

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no Processo nº 16/0561-0000278-4, AUTORIZA a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para fins de regularização a PRORROGAR, pelo período de 01/01/2015 até 31/12/2015, o Técnico Operacional de nível médio I, Ailton Luiz Hyppolito, 3021750/01, à disposição da Fundação de Proteção Ambiental, a fim de exercer a função de seu cargo, com ônus para o Órgão de origem, nos termos do artigo 3º, § 1º, inciso VI do Decreto nº 36.603/96. PALÁCIO PIRATINI.

Código: 1672344

Secretaria da Saúde

Secretaria da Saúde

SECRETÁRIO: JOÃO GABBARDO DOS REIS

End. Av. Borges de Medeiros, 1501 - 6º andar
Porto Alegre/RS - 90119-900
Gabinete

PORTARIAS

PORTARIA Nº 320/2016.

Implanta o Sistema de Gestão da Qualidade na Divisão de Vigilância Sanitária do Centro Estadual de Vigilância em Saúde.

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO

SUL, no uso de suas atribuições e

considerando a necessidade de implantar e manter um Sistema de Gestão da Qualidade na Divisão de Vigilância Sanitária do Centro Estadual de Vigilância em Saúde visando à eficiência e à eficácia operacional e a melhoria contínua das ações de vigilância sanitária

RESOLVE:

Art. 1º Implantar o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) na Divisão de Vigilância Sanitária (DVS) do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS)

Art. 2º O SGQ será coordenado pelo Grupo de Gestão da Qualidade composto por servidores efetivos lotados na DVS designados por meio de Ordem de Serviço da Chefia da DVS

Art. 3º Todos os setores da DVS terão 01 (um) Representante Setorial da Qualidade (RSQ) titular e 1 (um) suplente, designados por meio de Ordem de Serviço da Chefia da DVS

Art. 4º À chefia da DVS compete

I - estabelecer e manter a política da qualidade e os objetivos da

qualidade da DVS,

II - assegurar que processos apropriados sejam implementados

para possibilitar que os requisitos das ações de VISA e que os objetivos da qualidade sejam alcançados

III - garantir que um sistema de gestão da qualidade eficaz e

eficiente seja estabelecido, implementado e mantido para atingir estes objetivos da qualidade,

IV - garantir a disponibilidade dos recursos necessários,

V - analisar criticamente o sistema de gestão da qualidade

periodicamente,

VI - decidir sobre ações a serem adotadas em relação à política da

qualidade e aos objetivos da qualidade,

VII - decidir sobre as ações para a melhoria do sistema de gestão

da qualidade,

VIII - designar servidores para composição do Grupo de Gestão

da Qualidade e Representantes Setoriais por meio de Ordem de Serviço,

Art. 5º Ao Grupo de Gestão da Qualidade compete

I - planejar, coordenar e supervisionar a implantação do SGQ no

âmbito da DVS,

II - prestar apoio aos Representantes Setoriais da Qualidade e

aos setores internos durante todo o processo de efetivação do SGQ na DVS

III - apoiar na promoção das capacitações necessárias para a

melhoria dos processos internos de trabalho,

IV - definir o fluxo de validação dos Procedimentos Operacionais

Padronizados (POPs),

V - aprovar os POPs do SGQ, definindo as revisões que se

fizerem necessárias e garantindo a continuidade da aplicação destes, em todos os setores da DVS

como norteadores dos processos de trabalho,

VI - acompanhar a efetivação dos POPs,

VII - propor a realização de reuniões sistemáticas em conjunto

com os Representantes Setoriais da Qualidade para avaliação, discussão e deliberação sobre as

mudanças que se fizerem necessárias,

VIII - coordenar o processo de formação de auditores internos

assim como, promover e acompanhar os processos de auditorias internas,

IX - relatar o desempenho e as necessidades de melhoria do SGQ

à Chefia da DVS,

X - acompanhar as auditorias externas realizadas pela Agência

Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no âmbito da DVS.

Art. 6º Aos Representantes Setoriais da Qualidade (RSQ)

compete:

I - coordenar a implantação do SGQ nos setores da DVS,

II - encaminhar os POPs dos setores para a aprovação pelo Grupo

de Gestão da Qualidade e garantir a guarda destes,

III - participar das reuniões sistemáticas de avaliação com o Grupo

de Gestão da Qualidade e auxiliar na implantação das melhorias,

IV - propor melhorias no SGQ,

V - participar da equipe de auditoria interna

VI - acompanhar as auditorias externas realizadas pela ANVISA,

especialmente no âmbito do respectivo setor, sempre em conjunto com o Grupo de Gestão da

Qualidade.

Art. 7º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Porto Alegre, 31 de agosto de 2016

JOÃO GABBARDO DOS REIS
Secretário de Estado da Saúde

Código: 1672543

CONTRATOS

Assunto Contrato
Expediente 076760-2000/09-8

Retificação Contrato: 2016/021329

CONTRATANTE: Rio Grande do Sul Secretaria da Saude, CONTRATADO: Irmandade Santa Casa de Caridade de Alegrete; OBJETO: O presente tem por objeto estabelecer as bases da relação entre as partes integrar o HOSPITAL no Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando a garantia da atenção integral à saúde, a serem prestados a usuários do Sistema Único de Saúde que deles necessitem. OBJETO DA RETIFICAÇÃO: Fica RETIFICADA a súmula publicada no DOE, na data 01/09/2016, página nº 39, referente ao CONTRATO nº. 136/2016, no que tange ao Número do EXPEDIENTE em que o correto é 76760-20.00/09-8, e não como constou., ORÇAMENTÁRIO: UO 20.95 Projeto 8065 Natureza Despesa: 3.3.90.39 Recurso 1681, UO: 20.95 Projeto 8514 Natureza Despesa: 3.3.90.39 Recurso 0006

Código: 1672973